ECONOMIA

Aumento. As retiradas nas cadernetas de poupança superaram os depósitos em R$ 86,12 bilhões de janeiro a setembro deste ano, segundo o Banco Central. Apesar de alta, a evasão de recursos da poupança teve queda na comparação com mesmo período do ano passado, quando R$ 91,07 bilhões deixaram a modalidade de investimentos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 135
Rubrica

RUBENS FROTA

ECONOMIA

MPEs têm maior volume de vagas

As MPEs registraram, no último mês de agosto, o maior volume de empregos gerados em todo o ano de 2023. As MPEs foram responsáveis por 73% do total de vagas de trabalho criadas nesse período. Ao todo, o Brasil registrou 220,8 mil novas contratações, a segunda melhor do ano, sendo 161 mil somente nas micro e pequenas empresas, de acordo com pesquisa do Sebrae, feita a partir de dados do Caged. Para a entidade, a confirmação de crescimento do PIB, o comportamento da inflação e a retomada do poder de compra das famílias, graças ao Desenrola Brasil, trazem confiança para um melhor Natal dos últimos anos, com uma economia aquecida. "O cenário é de otimismo e as pequenas empresas têm uma responsabilidade significativa nesse resultado", disse o Sebrae, em nota.

Os setores que mais contribuíram para a geração de empregos em agosto de 2023, considerando as MPE, foram serviços (78.904), comércio (38.544) e construção (25.296). Entre as médias e grandes empresas, os setores de serviços (29.951), indústria da transformação (12.714) e agropecuária (7.415) se destacaram. Em agosto, nenhum desses setores apresentou saldo negativo de empregos. No acumulado de 2023, os destaques entre as MPEs continuam sendo os setores de serviços (521.750), construção (198.825), comércio (124.967) e indústria da transformação (100.166). Já entre as MGEs, os setores que mais se empregaram foram serviços (152.601), indústria da transformação (65.716), construção (24.983) e agropecuária (16.537).

Renda

Nos últimos anos, o sonho de ser dono do próprio negócio cresceu entre os brasileiros e já é o segundo mais citado pela população adulta, atrás apenas de viajar pelo País. Levantamento do Sebrae mostra que quase 70% (68%) dos 29 milhões de donos de negócios (formais e informais) têm um rendimento de até 2 salários-mínimos. Segundo os dados, para a maioria dos que empreendem, ter o próprio negócio, representa uma conquista, pois permite o sustento e a viabilização de oportunidades.

Impasse sindical

Embora as centrais sindicais tenham definido em documento que não recomendam a cobrança da contribuição assistencial retroativa após decisão do STF sobre o tema, sindicatos vivem impasse entre quem é a favor de cobrar valores atrasados e os que são contra. Há entidades que defendem a cobrança dos últimos cinco anos de empregadores, desde que a taxa conste em CCT da categoria assinada entre trabalhadores e empresas. Outras defendem o pagamento retroativo apenas para CCT em aberto.

R$ 7,4 bi ainda esquecidos à espera dos donos

O BC divulgou, na última sexta-feira (6) que R$ 7,4 bilhões estão disponíveis para resgate no Sistema de Valores a Receber (SVR). Os dados são referentes ao mês de agosto. Segundo o BC, desse total, estão disponíveis R$ 5,88 bilhões para 38 milhões de pessoas físicas; e R$ 1,52 bilhão para 2,9 milhões de empresas. O único site no qual é possível fazer a consulta e saber como solicitar a devolução dos valores é https://valoresareceber.bcb.gov.br. A consulta está disponível desde o dia 7 de março.

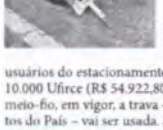
Amônia verde

Um Memorando de Entendimento com as empresas GoVerde Energia e Apollo Asset foi assinado pelo Governo do Ceará. O compromisso pretende viabilizar a produção de energia e amônia verde – uma alternativa limpa obtida a partir do hidrogênio verde – no CIPP, na RMF. O projeto prevê três fases de implantação, constituindo-se em geração de energia fotovoltaica, transmissão de energia e indústria de produção de amônia. Para isso, o investimento total previsto é de R$ 3 bilhões.

Hidrogênio verde

Amanhã será apresentada a minuta do PL estabelecendo as diretrizes e recomendações para a produção de hidrogênio verde no País. As três primeiras empresas, com as quais já há pré-contrato, representam investimentos de R$ 40 bilhões, mas com potencial para até R$ 100 bilhões, segundo o Governo do Estado. Até o momento, foram assinados 33 memorandos de entendimento com empresas nacionais e estrangeiras, que sinalizam investimentos de US$ 30 bilhões (R$ 145,7 bilhões).

Decon determina suspensão de travas no AIPM



Na última sexta-feira, o Decon determinou a suspensão imediata da prática de colocar, sem aviso prévio, travas nos pneus dos carros dos clientes do estacionamento do Aeroporto Internacional Pinto Martins, o que impedia a saída dos usuários do estacionamento - sob pena de multa diária de 10.000 Ufirce (R$ 54.922,80). Tão imoral como a taxa do meio-fio, em vigor, a trava – já em uso em outros aeroportos do País – vai ser usada. Só questão de tempo. Anote aí!

Mais informações de Rubens Frota:
e-mail: frotarubens@gmail.com

Congresso vai aprovar por mais 5 anos benefícios fiscais ao Norte e Nordeste

Os incentivos fiscais para as regiões tiveram início nos anos 1960 e tiveram reiteradas prorrogações pelo Congresso desde então. Após nova aprovação, seguirá para sanção

FOTO AGÊNCIA BRASIL

Dos R$ 42,3 bilhões em isenção distribuídos, R$ 22 bilhões, foram direcionados para mineração, energia e petróleo

O Congresso Nacional deve aprovar nos próximos dias a prorrogação até 2028 de incentivos fiscais concedidos a empresas que atuam nas áreas da Sudam, referente à Região Norte, e Sudene, referente ao Nordeste, além de incluir a Sudeco, do Centro-Oeste. As desonerações de impostos a projetos das regiões Norte e Nordeste para 2023 foram estimadas em R$ 14,5 bilhões. Isso porque segundo o vigente programa de incentivos, o vencimento ocorrerá dia 31 de dezembro.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) contempla alguns municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, enquanto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) são autarquias federais que têm o objetivo de promover o crescimento das regiões de abrangência.

A assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Alessandra Cardoso, ressaltou que os programas causam prejuízo aos cofre públicos. "Renová-los novamente, em um cenário fiscal crítico e sem qualquer critério ambiental e social, seria uma prova absurda da falta de compromisso com a transformação econômica e ecológica que tanto se fala no discurso. Estender os mesmos incentivos para a região Centro-Oeste é uma medida ainda mais irresponsável", disse.

Um estudo do instituto mostra que Sudam e Sudene, que abarcam a região da Amazônia Legal, tem servido para beneficiar principalmente atividades com grande potencial de impacto negativo sobre o ambiente. No total, dos R$ 42,3 bilhões em isenção distribuídos, R$ 22 bilhões, o equivalente a 54%, foram direcionados para mineração, energia e petróleo. O levantamento aponta que, de 2010 a 2022, entre as cinco atividades econômicas mais contempladas com projetos aprovados pela Sudam estão a infraestrutura (onde entram projetos de energia e gás), minerais e químicos (que inclui a produção de petróleo e seus derivados).

Os incentivos fiscais para o Nordeste e a Amazônia têm origem nos anos 1960. Em 2001, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi editada a medida provisória 2.199-14, que concedia até 2013 redução de 75% do Imposto de Renda calculado com base no lucro da exploração e uso de 30% do Imposto de Renda devido para reinvestimento pelas empresas. Esses incentivos sofreram prorrogações pelo Congresso desde então, sendo a última na transição entre os governos Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL). Na época, ficou estabelecido o prazo-limite atual, 31 de dezembro de 2023.

O projeto de lei 4.416/2021, que prorroga os benefícios a 2028, foi aprovado pela Câmara em agosto, e tem autoria do deputado Júlio Cesar (PSD-PI). No Senado, o texto foi aprovado em cerca de um mês. O senador Beto Faro (PT-PA) apresentou emenda (e também projeto) estabelecendo que as empresas beneficiadas desenvolvam atividades compatíveis "com o enfrentamento da pobreza e da concentração fundiária, a transição para a economia de baixo carbono, a valorização da biodiversidade" e em consonância aos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris. A emenda, porém, foi rejeitada pelo relator, o senador Otto Alencar (PSD-BA). Após a aprovação pela Câmara, o projeto seguirá para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Brasil tem a conta de luz mais cara entre 34 países pesquisados

O brasileiro compromete, em média, 4,54% da sua geração de riqueza anual com o pagamento da tarifa residencial de energia elétrica. Este é o maior valor, bem acima do apurado para nações europeias, como Espanha (2,85%), Alemanha (1,72%) e Luxemburgo (0,35%), local em que a energia tem o menor peso sobre renda no grupo analisado.

O resultado brasileiro também fica distante do identificado em economias emergentes, como Chile (2,65%) e Costa Rica (2,76%). Os dados são da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace), que considerou as tarifas residenciais de 2022, consolidadas no serviço de dados da Agência Internacional de Energia, e o PIB per capita (Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes) calculado para o mesmo ano pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

"O levantamento demonstra que precisamos rediscutir os custos no setor elétrico brasileiro, porque ele está distorcido para os consumidores locais em comparação aos de outros países quando consideramos a renda", explica o diretor de Energia da Abrace, Victor Hugo iOcca, que coordenou a organização do ranking.

O brasileiro pagou US$ 34 (R$ 176,50), em média, por 200 kwh (kilowatt-hora) no ano passado, um valor parecido ao desembolsado pelo polonês, que foi de US$ 34,39 (R$ 178,50). Ocorre que a nossa renda per capita estava na faixa de US$ 9.000 (R$ 46,7 mil), enquanto no país do leste europeu ela era o dobro, US$ 18 mil (R$ 93,4 mil), comprometendo uma fatia menor da renda, 2,26%.

PUBLICIDADE LEGAL
JORNAL O ESTADO: (85) 3033.7519